



O MONOPÓLIO E A PARCERIA FATAL

Dentre as várias idéias que vêm sendo difundidas para viabilizar a quebra do Monopólio Estatal do Petróleo executado pela PETROBRAS destaca-se, além da "flexibilização", a chamada parceria. Através dela, projetos não executados pela Empresa por falta de recursos seriam parceirizados com a iniciativa privada, disposta a aportar seus recursos para o setor.

É conveniente, então, neste momento, lembrar um caso real de parceria realizado dentro do Sistema PETROBRAS e que está chegando a um melancólico final, tanto para a PETROBRAS quanto também para a sociedade.

A petroquímica brasileira era, até 1967, limitada a um número restrito de empresas privadas localizadas em São Paulo e próximas a uma refinaria da PETROBRAS que fornecia uma pequena parcela das matérias-primas necessárias àquelas empresas. A disponibilidade de produtos petroquímicos básicos a partir desta refinaria permitiu a implantação de fábricas de estireno, polietileno, negro de fumo e metanol. Contudo, as indústrias de transformação existentes eram fundamentalmente dependentes de importações. Isto sem esquecer que a demanda por produtos petroquímicos crescia rapidamente, sendo, no entanto, limitada pela oferta de matérias-primas. Portanto,



neste contexto, a produção de produtos petroquímicos, a partir do craqueamento da nafta, surgia como iminente solução.

Em 1964, um grupo privado nacional iniciou negociações com companhias estrangeiras objetivando a construção de uma central de petroquímicos básicos em São Paulo. No entanto, essas negociações falharam e o sócio estrangeiro desligou-se do projeto. Tendo em vista a necessidade de dar continuidade à implantação da Petroquímica União (PQU), de modo a não estrangular a crescente demanda, a PETROBRAS foi chamada a participar. Como a Lei 2004, que criou a Empresa, impedia sua associação minoritária com a iniciativa privada, foi criada, em 1967, uma subsidiária para

atuar na indústria petroquímica - a PETROQUISA.

A entrada da PETROQUISA como acionista minoritária no projeto da PQU assegurou a exequibilidade da sua implantação, através da garantia do suprimento de recursos financeiros e de mão-de-obra técnica treinada na própria PETROBRAS. Desta forma, a central de petroquímicos básicos de São Paulo entrou em operação em 1972. Posteriormente, devido à incapacidade gerencial e financeira do sócio privado, a PETROQUISA começou a participar de forma

controladora no empreendimento. Somente para lembrar o que representou a criação da PETROQUISA e os incrementos por ela trazidos para o setor: a construção da PQU, apenas para citar um exemplo, viabilizou a implantação de 13 empresas petroquímicas em São Paulo, constituindo o primeiro pólo petroquímico brasileiro.

No decorrer da década de 70, verificou-se a necessidade de ampliar-se ainda mais a oferta de produtos petroquímicos, devido às altas taxas de crescimento da economia brasileira. Como parte da política de descentralização industrial aplicada pelo Governo Federal, grandes projetos industriais foram incentivados a serem implantados em áreas menos desenvolvidas do País, através da concessão de benefícios fiscais e facilidades de crédito. O Governo Federal decidiu, então, construir, na Bahia, o segundo pólo petroquímico brasileiro. Sob a liderança da PETROQUISA, executou-se, através de um rigoroso planejamento, a implantação desse complexo industrial (central de matérias-primas e de utilidades e as "downstreams").

Apenas para esclarecer a estrutura do setor petroquímico no Brasil, cumpre lembrar que as indústrias de segunda geração tiveram como característica o modelo tripartite: 1/3 de capital estatal (PETROQUISA), 1/3 de capital privado nacional e 1/3 de capital estrangeiro. Dessa forma, garantia-se que as empresas teriam maioria de capital privado e também, simultaneamente, controle nacional. Nesta época surgiram efetivamente as "parcerias". Os sócios privados foram convidados, então, a participar, atraídos por incentivos fiscais e facilidades de crédito, além da garantia da presença do sócio estatal (PETROQUISA). Assim, tornaram-se empresários petroquímicos: Grupo Mariani, Odebrecht, Banco Econômico, Grupo Suzano e Grupo Rosenberg.

O pólo petroquímico da Bahia entrou em operação em 1978. De acordo com as linhas gerais de implantação deste complexo industrial, as empresas de segunda geração tornaram-se acionistas da central de matérias-primas - a COPENE, implantada, inicialmente, como subsidiária da PETROQUISA. Em 1980, a COPENE tornou-se uma empresa privada, permanecendo a PETROQUISA como principal acionista com 48% do capital votante. As empresas de segunda geração reuniram suas participações acionárias na COPENE através da NORQUISA, que pas-

sou a deter 47% do capital votante da COPENE.

Ainda na década de 70, como o Brasil apresentava altas taxas de crescimento, o Governo Federal optou pela expansão da capacidade instalada de produtos petroquímicos, através da construção de um terceiro pólo petroquímico, agora localizado no Rio Grande do Sul. Novamente a liderança do projeto foi entregue à PETROQUISA. Durante a fase de planejamento, imaginava-se que a Empresa teria papel decisivo na construção da central de matérias-primas e utilidades (COPESUL), enquanto as empresas de segunda geração, por sua vez, seriam implantadas exclusivamente por empresas priva-

das. No entanto, devido à pressões dos sócios multinacionais, desejosos da exequibilidade dos projetos, a PETROQUISA foi solicitada a engajar-se na implantação dos projetos "downstream", restringindo sua participação a 20% do capital votante. Contudo, a falta de recursos financeiros dos sócios privados levou a PETROQUISA a ampliar sua participação no capital em duas das três empresas às quais se associou. Novamente, surgiu a parceria entre o capital estatal (PETROQUISA) e os capitais nacional e multinacional, viabilizando a criação da petroquímica no Rio Grande do Sul, que iniciou suas operações em 1981.

Em 1989, novamente o Governo Federal decidiu ampliar a oferta de produtos petroquímicos, desta vez através da construção do pólo petroquímico do Rio de Janeiro. A PETROQUISA, mais uma vez, foi chamada a coordenar sua implantação, delegada posteriormente sob a forma de parceria com o setor privado, para a PETRORIO, responsável pela construção da central de matérias-primas e de utilidades. Até o momento, face às dificuldades econômicas do País, pouco se fez para implantação desse projeto, mas acredita-se que, com a retomada do desenvolvimento brasileiro, em

menos de três anos ele já estará em operação, ainda que com sua concepção original modificada, tanto em função da alteração da sua localização, de Itaguaí para Duque de Caxias, quanto pela modificação da matéria-prima, passando da nafta para gás natural.

Deste breve histórico da implantação da petroquímica brasileira verifica-se claramente que este importante setor industrial nasceu e cresceu dentro de um modelo de controle privado de capital, ainda que com a participação expressiva do Estado através da PETROQUISA.

*Este importante
setor industrial
nasceu e cresceu
dentro de
um modelo de
controle privado
de capital.*

PRIVATIZAÇÃO:

Parceria ou Desmantelamento?

Com a introdução, pelo Governo Fernando Collor, do Programa Nacional de Desestatização, através da Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, abriu-se a chance para o empresariado petroquímico privado adquirir as participações acionárias da PETROQUISA.

Interessante verificar, através das opiniões emitidas nessa época pelos empresários petroquímicos na imprensa ou em eventos públicos, que a PETROQUISA passou a ser um "sócio indesejável". Alegavam que a Empresa já teria desempenhado o seu papel, aliás considerado muito importante, mas que agora deveria retirar-se, pois a petroquímica já estava madura (entenda-se: feitos os investimentos, começava a dar lucros) e deveria, então, entregar sua participação ao setor privado, majoritário na quase totalidade das empresas. Mas quem era o setor privado? Ora, eles próprios, pois os acordos de acionistas lhes davam preferência na compra, desestimulando os demais investidores a entrarem na sociedade na condição de eternos acionistas minoritários.

Como consequência de todo este processo, os preços de venda foram, sem sombra de dúvida, aviltados com a ajuda de consultores muito bem remunerados e, graças aos formuladores das regras do jogo, acabaram sendo pagos com "moedas podres", escolhidas por eles próprios e financiadas pelo BNDES. "Negócio da China", ou melhor, do Brasil. Curiosidade: Onde estão os tais condutores do Programa Nacional de Desestatização, que negociavam em nome do Governo? Do outro lado da mesa, agora como compradores de participações acionárias de estatais: Eduardo Modiano, ex-presidente do BNDES, no Banco Itamarati; José Pio Borges, ex-vice-presidente do BNDES, na BBM-Petroquímica; Sérgio Zendron, ex-diretor do BNDES, no Banco Graphus; Luiz Chrysostomo, ex-BNDES, no Banco Cindam, dentre outros. É, ou não é, um escândalo?

Essa defesa do afastamento da PETROQUISA, e consequentemente da PETROBRAS, da petroquímica era a opinião generalizada dos parceiros da PETROQUISA, apesar de conhecerem muito bem o setor e saberem que não existe em nenhum lugar do mundo empresa de petróleo sem atuação em indústria petroquímica. O Brasil passaria a ser o único exemplo de elo petróleo-petroquímica partido.

Essa estratégia, reconhecidamente elaborada no famoso "Bolo de Noiva" era, no entanto, coerente. Naquele época, início do Governo Collor, imaginavam-se exequíveis a quebra do monopólio estatal do petróleo e a privatização da PETROBRAS no horizonte de tempo daquele governo.

Assim, a integração petróleo-petroquímica seria reconstruída na forma inversa à tradicional: a petroquímica seria integralmente desestatizada (retirada da PETROQUISA/PETROBRAS) e, com a

privatização da PETROBRAS, algumas refinarias seriam adquiridas pelos controladores da indústria petroquímica, visando garantir o suprimento da nafta. Estaria feito o elo.

Essa era a estratégia dos parceiros da PETROQUISA. Os mesmos que, sem ela, continuariam a ser empreiteiros, banqueiros, etc. e jamais teriam participado de um setor industrial reconhecidamente estratégico e lucrativo como a indústria petroquímica.

Empreiteiros e banqueiros receberam incentivos fiscais e empréstimos do BNDES para serem os sócios privados nacionais na indústria petroquímica brasileira, junto com a PETROBRAS/PETROQUISA e as multinacionais. Agora, através da utilização de "moedas podres", também financiadas pelo BNDES e após participarem da elaboração das regras do jogo no Governo Collor, adquiriram boa parte da petroquímica brasileira. Tornaram-se majoritários e criaram monopólios e oligopólios num setor que influencia a formação de preços de remédios, embalagens, veículos, vestuário, alimentação e construção civil, vendendo uma idéia mentirosa de modernidade.

Após as privatizações, com o preço congelado e subsidiado da matéria-prima (nafta petroquímica) fornecida pela PETROBRAS, e também com demissões e salários congelados, elevaram seus preços sob a justificativa da recuperação de preços no exterior, isto em plena vigência do Plano Real.

Para vencer as resistências dos trabalhadores, venderam a eles 10% das ações por um terço dos valores fixados pelas consultoras, já reconhecidamente baixos. Obtiveram, ainda, financiamentos do BNDES. O prejuízo ficou para a PETROBRAS, controladora da PETROQUISA, para os acionistas minoritários, tanto da PETROBRAS quanto da PETROQUISA, e também para a União Federal, proprietária de 51% das ações da PETROBRAS. Hoje, são muito poucos os empregados-acionistas. A grande maioria já vendeu as ações que comprou.

A PETROQUISA se auto-contaminou com um vírus mortal ao se relacionar, sem as devidas precauções, com os hoje empresários petroquímicos, e agora sente essa fatal doença evoluir rapidamente para um fim melancólico.

As parcerias que a PETROBRAS tem realizado até agora sob a égide do Monopólio Estatal do Petróleo estiveram sempre sob o seu controle e, assim, o Brasil mostrou ao mundo como construir uma empresa estatal eficiente, que cumpre fielmente sua missão. Enquanto a PETROBRAS tiver controle das parcerias que realiza ela não se contaminará.

Parceria, flexibilização, ou qualquer outro título fantasioso que se queira dar à proposta do Governo de quebra do Monopólio Estatal do Petróleo, levará inevitavelmente à contaminação da Empresa. É preciso tomar as devidas precauções e impedir que também a PETROBRAS seja contaminada com esse tipo de parceria.

*A PETROQUISA
se auto-contaminou
com um vírus mor-
tal ao se relacionar,
sem as devidas
precauções, com os
hoje empresários
petroquímicos.*

OS NOVOS DONOS DA PETROQUÍMICA - ACIONISTAS DO CAPITAL ORDINÁRIO

PETROFLEX	ANTES (%)	DEPOIS (%)
PETROQUISA	100,0	—
SUZANO	—	20,4
NORQUISA	—	10,4
UNIPAR	—	10,2
COPERBO	—	10,0
PREVIDÊNCIA PRIVADA	—	26,0
EMPREGADOS	—	10,0
PÚBLICO	—	10,0
OUTROS	—	3,0

COPEL	ANTES (%)	DEPOIS (%)
PETROQUISA	67,2	15,0
BNDESPAR	30,7	1,0
POLIOLEFINAS (ODEBRECHT)	0,7	11,0
PPH (ODEBRECHT)	0,2	10,6
ODEBRECHT	—	0,5
POLISUL (IPIRANGA)	0,2	7,0
BANCO ECONÔMICO	—	4,1
EMPREGADOS	—	6,6
PÚBLICO	—	10,0
PETROQUÍMICA TRIUNFO	0,6	0,6
PREVIDÊNCIA PRIVADA	—	7,1
CAPITAL ESTRANGEIRO	—	2,1
OUTROS BANCOS	—	6,5
OUTROS	2,4	17,9

ALCALIS	ANTES (%)	DEPOIS (%)
PETROQUISA	92,5	—
BNDES	7,5	—
GRUPO FRAGOSO PIRES	—	99,9
EMPREGADOS	—	0,1

NITRIFLEX	ANTES (%)	DEPOIS (%)
PETROQUISA	40,0	—
ITAP	60,0	100,0

POLISUL	ANTES (%)	DEPOIS (%)
PETROQUISA	33,3	—
IPIRANGA	33,3	60,0
HOECHST	33,3	40,0

PPH	ANTES (%)	DEPOIS (%)
PETROQUISA	20,0	—
PETROPAR	30,0	37,5
HIMONT	30,0	37,5
ODEBRECHT	20,0	25,0

CBE	ANTES (%)	DEPOIS (%)
PETROQUISA	23,0	—
MONSANTO	48,3	48,3
UNIGEL	27,8	50,9
OUTROS	0,8	0,8

POLIOLEFINAS	ANTES (%)	DEPOIS (%)
PETROQUISA	31,5	—
UNIPAR	31,5	31,5
ODEBRECHT	31,5	62,9
BANK OF AMERICA	4,4	4,4
HANOVER	1,2	1,2

OXITENO	ANTES (%)	DEPOIS (%)
PETROQUISA	18,5	0,6
GRUPO ULTRA	60,6	69,3
MONTEIRO ARANHA	11,3	11,3
DRESDNER BANK	—	8,9
OUTROS	9,6	9,8

PQU	ANTES (%)	DEPOIS (%)
PETROQUISA	67,8	17,5
UNIPAR	28,9	30,0
BRADESCO	0,8	0,8
BIC	1,3	2,5
ODEBRECHT	0,7	7,0
EMPREGADOS	—	9,8
POLIBRASIL	—	6,8
EDN	0,6	0,6
UNION CARBIDE	—	13,0
OUTROS	—	12,0

ACRINOR	ANTES (%)	DEPOIS (%)
PETROQUISA	35,0	—
RHODIA	35,0	48,0
COPENE	26,0	48,0
UNIGEL	4,0	4,0

COPERBO	ANTES (%)	DEPOIS (%)
PETROQUISA	23,1	—
COPENE	15,4	20,5
PETROFLEX	53,6	71,5
ESTADO DE PERNAMBUCO	5,2	5,2
OUTROS	2,8	2,8

POLIALDEN	ANTES (%)	DEPOIS (%)
PETROQUISA	33,3	—
BANCO ECONÔMICO	33,3	66,7
MITSUBISHI	16,7	16,7
NISHO IWAI	16,7	16,7

CIQUINE	ANTES (%)	DEPOIS (%)
PETROQUISA	33,2	—
BANCO ECONÔMICO	33,2	66,5
MITSUBISHI	27,9	27,9
NISHO IWAI	5,4	5,4
OUTROS	0,3	0,3

POLITENO	ANTES (%)	DEPOIS (%)
PETROQUISA	30,0	—
BANCO ECONÔMICO	20,0	35,0
SUZANO	20,0	35,0
SUMITOMO	20,0	20,0
ITOCHU	10,0	10,0

Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET)

Av. Almirante Barroso, 22 - 19º andar - Centro - RJ - CEP: 20031-000 - Tel.: 220-4774 - Fax: 262-9224

BOLETIM DA AEPET

■ Coordenação Gráfica: Selulloid Comunicação - Tel: 220-3861 ■ Jornalista Responsável: Ivana Barreto